

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

S586r Silva, Jeane Gabrielle Martins.
A representação política de mulheres negras no Piauí : reflexão da trajetória de Francisca Trindade e Regina Sousa / Jeane Gabrielle Martins Silva. -- 2024.
34 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Bacharelado em Ciência Política, Teresina, 2024.
“Orientador: Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas”.

1. Mulher. 2. Gênero. 3. Raça. 4. Classe social. 5. Piauí.
I. Freitas, Vitor Eduardo Veras de Sandes. II. Título.

CDD 305.4



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JEANE GABRIELLE MARTINS SILVA

**A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NEGRAS NO PIAUÍ: REFLEXÃO
DA TRAJETÓRIA DE FRANCISCA TRINDADE E REGINA SOUSA**

TERESINA- PIAUÍ
2024

JEANE GABRIELLE MARTINS SILVA

**A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NEGRAS NO PIAUÍ: REFLEXÃO
DA TRAJETÓRIA DE FRANCISCA TRINDADE E REGINA SOUSA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas

TERESINA - PIAUÍ

2024

JEANE GABRIELLE MARTINS SILVA

**A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NEGRAS NO PIAUÍ: REFLEXÃO
DA TRAJETÓRIA DE FRANCISCA TRINDADE E REGINA SOUSA**

Banca Avaliadora:

Professor Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas (orientador) – UFPI.

Professor Dr. Raimundo Batista do Santos Junior - UFPI

Professora Dra. Monalisa Lima Torres - FACEDI-UECE

Aprovada em: 09 de Agosto de 2024.

TERESINA – PIAUÍ

2024

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, pois sem ele não seria possível e aos meus pais por serem exemplos de seres humanos que sempre me incentivaram e me apoiaram para que eu chegasse a essa conquista.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Pai Celestial que me deu benefícios e condições necessárias para concluir este trabalho; por todas as bênçãos que tenho recebido em todos esses anos do curso, em especial, a minha família e a conclusão deste trabalho, que tanto significou na minha formação pessoal e profissional.

Agradeço à minha mãe, por sempre estar comigo, ao meu pai, aos meus irmãos, em especial ao meu irmão Junior, à minha vó Didi e aos meus amigos, que sempre tiveram fé em mim e cujas orações me acompanharam durante todo o percurso.

Agradeço ao meu orientador, pela coragem de tornar esse trabalho possível e conseguir que meu sonho de concluir este curso pudesse ser possível, também pelo estímulo, força, conhecimento e que com muita paciência e atenção, dedicou do seu valioso tempo para este trabalho.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida.

Vede que todas estas coisas sejam feitas com sabedoria e ordem; porque não se exige que o homem corra mais rapidamente do que suas forças o permitam (Mosias 4:27).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo elaborar uma análise crítica sobre a representação da mulher negra na política piauiense, destacando a importância de políticas públicas afirmativas para a representatividade e a inserção de mulheres, especialmente mulheres negras, nas esferas públicas e decisórias.

Para isso, a pesquisa utilizou métodos qualitativos, exploratórios e bibliográficos. Adotou-se uma abordagem de estudo de caso para compreender a realidade inserida no contexto social estudado, no qual foram feitas críticas às inter-relações de classe, considerando as concepções feministas de gênero, raça e classe social. Além disso, foi realizada uma análise documental para investigar as limitações enfrentadas pelas mulheres negras na política.

No decorrer deste estudo, compreendemos que, embora os movimentos feministas tenham conquistado avanços significativos nas últimas décadas, consagrados em políticas públicas afirmativas e normatizadas pelo Direito, a legislação voltada à equidade de gênero nas esferas públicas tem se mostrado insuficiente e ineficaz para garantir a inserção consistente das mulheres, sobretudo negras, no espaço político-eleitoral.

A análise também revela que o pequeno contingente de mulheres negras e de classes sociais mais baixas que consegue ingressar na esfera política enfrenta barreiras consideráveis para se afirmar e se manter nesse espaço, devido a uma estrutura de poder que perpetua a opressão e a dominação das mulheres. Exemplos emblemáticos dessa realidade são as trajetórias de Francisca Trindade e Regina Sousa, cujos percursos na vida política serão acompanhados ao longo deste estudo.

Palavras-Chaves: Mulher; Gênero; Raça; Classe social; Piauí.

ABSTRACT

This study aims to develop a critical analysis of the representation of Black women in Piauí's political sphere, highlighting the importance of affirmative public policies for the representation and inclusion of women, especially Black women, in public and decision-making spheres.

To achieve this, the research employed qualitative, exploratory, and bibliographic methods. A case study approach was adopted to understand the reality within the studied social context, in which class interrelations were critically examined, considering feminist conceptions of gender, race, and social class. Additionally, a documentary analysis was conducted to investigate the limitations faced by Black women in politics.

Throughout this study, we understand that, although feminist movements have achieved significant progress in recent decades—recognized through affirmative public policies and formalized by law—legislation aimed at gender equity in public spheres has proven to be insufficient and ineffective in ensuring the consistent inclusion of women, particularly Black women, in the political-electoral space.

The analysis also reveals that the small number of Black women from lower social classes who manage to enter the political sphere face considerable barriers to asserting themselves and remaining in this space, due to a power structure that perpetuates the oppression and domination of women. Emblematic examples of this reality are the trajectories of Francisca Trindade and Regina Sousa, whose political careers will be examined throughout this study.

Keywords: Woman; Gender; Race; Social class; Piauí.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
2. A DISTRIBUIÇÃO DE GÊNERO E COR NA POLÍTICA NO BRASIL, E FOCALIZANDO NO ESTADO DO PIAUÍ	05
2.1 A mulher na Política	05
2.2 A história do voto feminino no Brasil	07
2.3 A participação da mulher negra na política	09
2.4 Política feita para os homens brancos	10
2.5 Os primeiros passos da mulher negra na política piauiense...	12
3. A PRESENÇA DA MULHER NEGRA NO CENÁRIO POLÍTICO PIAUIENSE: A PRIMEIRA MULHER NEGRA COMO GOVERNADORA DO PIAUÍ...	16
4. METODOLOGIA	22
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
7. REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, são inegáveis os avanços da condição de vida das mulheres no Brasil, que hoje estão mais escolarizadas e viraram maioria da força de trabalho. Conforme dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho, em 2023 foi batido o recorde de participação da mulher no mercado de trabalho e assim, alçaram cargos de chefia¹, organizaram-se mais para vocalizar suas demandas, disputaram com a sociedade o direito sobre sua autonomia e questionaram o modelo tradicional de família chefiado por homens, entre tantos outros avanços. A participação política das mulheres e a sua ocupação de cargos eletivos, considerados de poder e de destaque na nossa sociedade, estão, no entanto, muito aquém dos avanços adquiridos em outras dimensões da vida cotidiana.

É através das lutas e do comportamento das mulheres, em busca de políticas de ação afirmativa por melhores condições de trabalho e direitos político-sociais, que as garantias dos espaços têm sido alcançadas. Porém, vale salientar que as desigualdades persistem em todos os campos da sociedade e, principalmente, na política. Sabe-se que um dos fatores que dificulta a inserção das mulheres na política é a cultura machista; a reprodução de valores patriarcais, nos quais as crianças são educadas, aprendendo desde a infância que há funções distintas para homens e para mulheres. Em tal modelo, sempre coube aos homens ocupar as funções de relevância no mercado de trabalho e os espaços nas instituições políticas(Saffioti, 2004).

A divisão sexual do trabalho é, historicamente, reconhecida por tratar-se de um cenário desfavorável às mulheres, isto em função de seu padrão patriarcal estabelecido e mantido em sociedade. Neste plano, refere-se a questão da força de trabalho do homem ser colocada como superior à força de trabalho da mulher, tão somente por esta diferença biológica. O que se caracteriza conforme este pressuposto hoje, é conhecido como fenômeno do sexismo, que afeta diretamente e negativamente as mulheres (Lipovetsky, 2018). Além da divisão social do trabalho baseado no sexo, outro elemento importante é marcador social raça. Esse aspecto estrutura de desigualdades na sociedade brasileira por meio do racismo, que além da

¹ > <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Julho/empregabilidade-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-cresce-no-mundo#:~:text=A%20taxa%20de%20participa%C3%A7%C3%A3o%20feminina,da%20pandemia%20do%20Covid%2D19.<>

divisão social do trabalho baseado no sexo, outro elemento importante é marcador social raça é a maneira sistemática de discriminação que tem como fundamento a raça, manifestando-se por meio de atitudes inconscientes ou não que culmina em privilégios ou desvantagens, dependendo do grupo racial a qual o indivíduo pertença (Almeida, 2018).

Isso define, estruturalmente, o papel definido socialmente para homens e mulheres e para negros e brancos na sociedade, inclusive no âmbito da política. Estudos recentes têm apontado que a mulher negra se encontra nos piores índices sociais (Francisco, 2019). Em uma pesquisa rápida na internet, podemos verificar o alto número de feminicídios. Em uma informação divulgada pelo IBGE, na terceira edição do estudo "Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil", é mostrado que pelo menos 6% das mulheres sofrem algum tipo de violência. A mulher sofre por ser mulher, e se nasce mulher, pobre e negra no Brasil, é sinal de que irá sofrer bem mais².

No Piauí, historicamente marcado por essa cultura patriarcal e machista em que as mulheres negras têm tido espaço reduzido, considerando a estrutura hierárquica definida que favorece homens brancos em detrimento de mulheres e, particularmente, das mulheres negras. Assim sendo, torna-se relevante compreender o papel das mulheres negras que atuaram e atuam como representantes políticas no estado do Piauí. Dentre elas, destacamos duas: Francisca Trindade e Maria Regina Sousa.

Como Vereadora, Deputada Estadual e a Deputada Federal mais votada na história do Piauí nas eleições de 2002, Trindade se tornou uma referência na luta pelos excluídos e excluídas. Suas ações demarcaram quebra de paradigmas na política local, colocou mais próximos os anseios do povo, a luta dos direitos humanos e permitiu uma maior presença da população negra na Câmara de Vereadores de Teresina e na Assembleia Legislativa do Piauí. Era crescente sua representatividade política em todo o Piauí. Sua atuação no parlamento era marcante, potente, carismática e cada vez mais agregadora (Silva, 2022).

Maria Regina Sousa nasceu em União em 4 de julho de 1950. Professora, bancária e sindicalista, ela é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e se tornou vice-governadora do Piauí em 2019. Antes disso, Regina Sousa já havia sido

² ><https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html><

senadora da República de 2015 a 2019 e secretária de Administração do Piauí entre 2003 e 2010 (Estrela; Cruz, 2022).

Os estudos sobre política piauiense dão pouco espaço para aqueles que se focam, exclusivamente, sobre as mulheres negras. Em geral, analisam a estrutura oligárquica, mas não incluem o recorte de gênero e racial, conjuntamente.

A reflexão apresentada contribuiu para o interesse em responder a seguinte problemática: qual a importância da representatividade da mulher negra na política piauiense? Em particular, qual a importância da Francisca Trindade e da Regina Sousa no cenário político piauiense, considerando o elemento da representatividade da mulher negra na política? Para isto, este trabalho de conclusão de curso estuda o contexto histórico e atual das mulheres na política brasileira tencionando a importância de sua representação nos espaços de poder político, para o melhoramento e consolidação da democracia na política partidária no Brasil visando superar a desigualdade de gênero.

Para desenvolver o vigente trabalho, temos como objetivo geral analisar o processo histórico das mulheres na luta de sua participação no âmbito político no Piauí, com foco em duas sujeitas políticas de grande relevância política para o estado: Francisca Trindade e Regina Sousa. Tendo em vista alcançar o objetivo geral da pesquisa, estabeleceu-se como objetivos específicos: descrever o cenário histórico de luta da participação feminina em interesse da sua participação na política; abordar a baixa representatividade das mulheres negras no cenário político piauiense, mesmo com a diferença entre o número de eleitores homens e mulheres aptos a votar sendo pequena, de acordo com os dados fornecido pelo TSE³, na qual será apresentada a trajetória de Francisca Trindade na política do Piauí; evidenciar as dificuldades das mulheres na política, como a trajetória da governadora do estado do Piauí, Regina Sousa.

O desenvolvimento dessa proposta apresenta-se por meio da abordagem qualitativa, com fundamentação no estudo descritivo e explicativo. Para enriquecer o embasamento teórico, emprega-se uma pesquisa documental sobre a trajetória política de Francisca Trindade e Regina Sousa. Este trabalho está organizado em seis capítulos, cada um abordando aspectos diferentes e constituidores sobre a desigualdade de gênero na política piauiense e a representatividade da mulher negra

³. ><https://www.tre-pi.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/eleicoes-2024-pais-tem-mais-de-155-milhoes-de-eleitoras-e-eleitores-aptos-a-votar><

neste cenário. No Capítulo 1, apresentamos a introdução do tema, na qual contextualizando a importância do estudo sobre a desigualdade de gênero e a significância da representação política das mulheres negras no Piauí, neste capítulo também são delineados os objetivos gerais e específicos da pesquisa, além da justificativa e relevância que esse estudo tem.

O Capítulo 2 é dedicado à revisão de literatura, onde são analisados os principais conceitos teóricos que constituem este trabalho. Discutimos as teorias feministas relacionadas a gênero, raça e classe social, além de debater estudos anteriores sobre as temáticas, participação política das mulheres e as barreiras enfrentadas por mulheres negras no cenário político.

No capítulo 3, é abordada exclusivamente a trajetória de Francisca Trindade e Regina Sousa, explorando o percurso de suas vidas antes, durante e depois de se elegerem para cargos políticos. Também é feito um quadro comparativo entre as duas para apontar as semelhanças entre elas.

No Capítulo 4, especificamos a metodologia aplicada na pesquisa. Este capítulo explica os métodos qualitativos, exploratórios e bibliográficos que foram adotados, a abordagem pragmática de estudo de caso e a análise documental realizada. Também apresentamos o processo de coleta e análise de dados, com isso, garantindo a validade e confiabilidade dos resultados obtidos nesse estudo.

O Capítulo 5 apresenta os resultados e a discussão que foram analisadas ao longo desse estudo. Aqui, discutimos as principais descobertas do estudo, incluindo as críticas às inter-relações de classe, gênero e raça, e as implicações das limitações enfrentadas pelas mulheres negras na política piauiense. Analisamos exemplos concretos, como as trajetórias de Francisca Trindade e Regina Sousa, para ilustrar os desafios e avanços observados.

Por fim, no Capítulo 6, são feitas as considerações finais deste estudo. Este capítulo resume os principais achados da pesquisa, discute as contribuições do estudo para a literatura existente e para as políticas públicas, e sugere direções para futuras pesquisas. Na qual também são apresentadas recomendações para políticas públicas afirmativas que possam promover uma maior representatividade e inclusão das mulheres negras na política.

Dessa forma, esta organização visa proporcionar uma leitura descomplicada e coerente, permitindo uma fácil compreensão abrangente e clara do tema estudado.

2 A DISTRIBUIÇÃO DE GÊNERO E COR NA POLÍTICA NO BRASIL, E FOCALIZANDO NO ESTADO DO PIAUÍ

2.1 A mulher na política

Um importante movimento para a entrada da mulher no espaço público foi o feminismo, mais especificamente o feminismo europeu que colocava em cheque a esfera pública e as relações sociais presentes nela, discutindo o caráter político da opressão vivida pelas mulheres (Franco; Olivas, 2016). A presença das mulheres em espaços políticos, ganhando ou não, em um quadro de concorrência eleitoral, revela bastante a posição ocupada pela mulher no espaço público social (Pinto, 2010), as propostas discutidas destoam das pautas corriqueiras no Poder Legislativo, inserindo a realidade da mulher e de tantas outras minorias sociais no dia a dia político, especulando melhorias para classes frequentemente deixadas de lado nas decisões políticas.

Ao analisar a participação feminina no parlamento de 190 nações, a organização União Inter-Parlamentar (Inter-Parlamentar Union - IPU) registrou que o Brasil se encontra na 129ª posição do ranking, caindo várias posições comparando aos anos anteriores. A análise feita pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) é anual, foi divulgada em 2022, atualizada de acordo com as eleições de cada nação.

Mesmo o número de mulheres no parlamento brasileiro tendo crescido consideravelmente desde 1997, ano em que elas ocupavam apenas 6,6% do total de vagas no Congresso, o crescimento foi lento e bastante demorado. A pesquisa foi divulgada em março de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Brasil encontra-se atrás de países como Ruanda - que ocupa o primeiro lugar da lista desde 2008 -, Bolívia, Cuba e Nicarágua, que ocupam as três primeiras posições na lista. Um país considerado emergente obtendo a melhor classificação é algo quase impensado, mas a resposta está na história da nação.

A história de Ruanda, uma das menores nações do continente africano, explica o porquê do lugar ter um dos maiores índices de mulheres no congresso. Ocorreu um grande holocausto no ano de 1994 quando um conflito armado entre extremistas da etnia hutus contra tutsis dizimou aproximadamente 800 mil pessoas em cem dias. Como consequência, a população demográfica do país diminuiu drasticamente, e as mulheres passaram a representar aproximadamente 70% da

população do país (Batista, 2015). Em Ruanda, as leis são feitas pensando também nas mulheres e nos seus direitos na sociedade.

Antes de chegarem aos parlamentos, as mulheres foram às ruas buscar seus direitos na sociedade, como em Nova Iorque, no início do século XX, organizando passeatas, reivindicando o direito ao voto, este que foi conseguido apenas em alguns estados do país (Ribeiro, 2012). O primeiro país do mundo a permitir o voto feminino foi a Nova Zelândia, em 1893; seguido pelo parlamento britânico no ano de 1918; na América Latina, o Equador, em 1929, já aprovava o voto feminino; o Brasil não tardou, mas passaram-se muitas reformulações até que o direito ao voto fosse estendido à toda a população, sem restrições de qualquer ordem. Apenas em 1932, o presidente Getúlio Vargas instituiu o Código Eleitoral, o qual disciplinava que o eleitor era qualquer pessoa acima dos 21 anos, sem distinção de sexo, também inferiu que as mulheres em qualquer idade podiam se isentar das atividades eleitorais, tornando o voto feminino não obrigatório (Ribeiro, *op. cit.*).

O último país a adotar o voto feminino foi a Arábia Saudita, em 2015, a abertura do voto às mulheres é mais um ponto na busca da igualdade no país. Na época, foram mais de 900 mulheres concorrendo contra quase 6 mil homens por um lugar nas assembleias locais. Mesmo com o direito ao voto garantido, ainda há muitas coisas que as mulheres sauditas não estão livres para fazer, a maioria requer a aprovação de um guardião homem, como abrir uma conta no banco, viajar ou solicitar um cartão de identidade nacional (FRANCE PRESSE, 2015). Com mais essa mudança do voto feminino, as mulheres conseguem um pouco da independência que muitas almejam, posto que em algumas sociedades as imposições possuam caráter religioso e isto deve ser levado em conta, mas no geral o caráter social e histórico da mulher submissa torna-se um ponto mais considerável, especialmente em países com visões políticas consideradas conservadoras.

Lentamente o mundo caminha para um cenário mais igualitário, onde mulheres tornam-se partes atuantes em vários setores, dos pequenos papéis sociais aos desempenhados durante muito tempo por homens. A percepção de independência feminina que está tomando forma na sociedade, faz deste um momento de ruptura com valores antigos, formando assim uma nova base para as futuras gerações, bem como a de uma mudança global, onde abre-se caminho para resolução de problemas maiores, com a participação de todos igualmente.

Historicamente houve muitas mulheres em posições de poder, rainhas, faraós e figuras importantes como Maria Quitéria, a primeira mulher reconhecida por assentar praça em uma unidade militar das Forças Armadas Brasileiras e a primeira mulher a entrar em combate pelo Brasil, assim como Anita Garibaldi, que participou em diversas batalhas no Brasil durante a Revolução Farroupilha e na Itália no processo de unificação do país. Elas assumiram posições que hoje podem ser consideradas cargos masculinos, mas em suas épocas já começaram a buscar o que as mulheres pretendem ter até hoje: igualdade.

2.2A história do voto feminino no Brasil

Durante o período colonial, as mulheres brasileiras viram-se excluídas dos direitos políticos. A exclusão feminina manteve-se durante todo o Império (1822-1889) e as primeiras décadas da República (1889-1932). Ao longo do período do Império, em 1880, em que a dentista Isabel de Mattos Dillon evocou na Justiça a Lei Saraiva (que permitia aos detentores de títulos científicos votar) para requerer seu alistamento eleitoral. Nos anos seguintes, surgiram várias iniciativas isoladas para permitir o voto feminino, sem muito sucesso, embora sem proibição expressa, interpretava-se o texto constitucional de forma excludente. As mulheres não eram consideradas “cidadãs” para fins eleitorais, porque eram tidas como subordinadas aos interesses e decisões de homens (pais e maridos) (Quintela; Dias; Fonseca, 2017).

Em 1894, na cidade de Santos, no litoral paulista, foi defendido o direito das mulheres ao voto. A medida foi derrubada no ano seguinte. Em 1905, três mulheres conseguiram se alistar e votar em Minas Gerais. Apesar destes significativos avanços, o voto feminino só se tornou um direito nacional em 1932 e, aos poucos, as mulheres foram conquistando cargos que, até então, eram de exclusividade masculina (Toledo; Jardim, 2020).

Dando continuidade à conquista pela efetivação ao direito feminino à cidadania, durante o século XX, a causa feminina contou com a participação de mais duas sufragistas e fundadoras do primeiro partido em defesa ao voto feminino (Partido Republicano Feminino). Para dar visibilidade maior à causa e demonstrar enfrentamento à ordem social, as duas foram responsáveis pelo primeiro manifesto popular feminino, ocorrido em 1917, o qual reuniu um número expressivo para a época, totalizando mais de 90 mulheres nas ruas do Rio de Janeiro. Infelizmente nos

últimos anos da década de 1910, ocorreu o desaparecimento do Partido Republicano Feminino. Porém, com a chegada de Betha Lutz, de Paris, em 1918, inicia-se uma nova era de militância das mulheres na conquista do direito à cidadania. Em 1922, promoveu o I Congresso Internacional Feminino, no Rio de Janeiro, que contou com a presença de duas militantes feministas, a presidente da Associação Americana das Mulheres e uma representante da Aliança dos Sufrágios da Holanda e de outras militantes regionais (São Paulo e Ceará). É nesse grande evento que nasce oficialmente a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que tem como luta central, o direito feminino ao voto (Mota, 2015).

Foi apenas no Código Eleitoral de 1932 que, após o surgimento de diversos movimentos organizados de mulheres em prol de causas relativas à emancipação feminina, o voto feminino foi assegurado (Decreto nº 21.076/1932) e, a partir de então, inclusive incorporado às Cartas Constitucionais posteriores (Quintela; Dias; Fonseca, 2017).

Ressalta-se que, no Brasil, a luta pelo voto feminino começou tardiamente. Na Europa, a luta das sufragistas se misturava à luta do movimento operário contra a exploração dos trabalhadores, atuando nos partidos de esquerda, socialistas e comunistas. A Nova Zelândia, em 1893, e a Finlândia, em 1906, foram os primeiros países a reconhecer o direito das mulheres ao voto. Na Grã-Bretanha, o movimento das mulheres conquistou o direito ao voto após a Primeira Guerra Mundial. O exemplo das mulheres britânicas espalhou-se pela Europa. Em alguns países, como Suécia e Noruega, o número de eleitoras superou o de eleitores (Limongi; Oliveira; Schmitt, 2019).

As estadunidenses conquistaram o direito ao voto no início da década de 1920 por mudar sua abordagem – não mais falando sobre direitos femininos e feminismo, mas, sim, em direitos da raça humana e em democracia – e por seu contato com as militantes inglesas. Já na América Latina, Equador foi o primeiro país a permitir que suas cidadãs votassem, em 1929 (Limongi; Oliveira; Schmitt, 2019).

Nesse sentido, Grossmann e Nunes (2014) afirmam que, a partir do direito de votar, a mulher pode compreender o porquê da resistência à concessão da cidadania feminina. Nesse momento, o mundo masculino perde espaço nas ideias das mulheres, que buscam questionar um espaço antes masculinizado, só os homens podiam participar do legislativo e dos órgãos executivos.

Tendo removidas as barreiras legais ao voto e à candidatura, os avanços

sociais e econômicos deveriam inserir naturalmente as mulheres nos postos de comando político, promovendo seu empoderamento, conforme se esperava. Conquanto consideráveis avanços educacionais e ocupacionais tenham acontecido no mundo e no Brasil, a composição dos quadros políticos se alterou pouquíssimo, e a presença feminina na política formal ainda permanece desigual.

Dos históricos combates travados pela mulher em sua trajetória, o direito de votar e ser votada tem destaque especial pela identificação não somente com a consciência da importância de seu papel como cidadã, mas também pela necessidade da paridade de condições de gênero, além da conquista dos espaços públicos e decisórios. A participação democrática é o caminho que permite que os interesses das mulheres estejam legitimados em resposta à sua efetiva participação política, a qual se constitui em *déficit* ainda a ser corrigido.

2.3 A participação da mulher negra na política

O movimento feminista negro teve início no Brasil na década de 1980, pela forte demanda das mulheres feministas negras, pois dentro do próprio movimento negro, que tinha sua face sexista, eram tratadas com inferioridade em relação ao homem negro; no movimento feminista hegemônico tinha sua face racista, omitindo as discussões de recorte racial e beneficiando apenas as pautas das mulheres brancas (Ribeiro, 2018).

De acordo com Moreira (2006), a relação das mulheres negras com o movimento feminista se instaura a partir do III Encontro Feminista Latino-americano que ocorreu na cidade de Bertioga, em São Paulo no ano de 1985, onde surge a atual organização de mulheres negras com expressão coletiva com o objetivo de conquistar visibilidade política no campo feminista. Surgem a partir daí os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, período em que aconteceram alguns Encontros Nacionais e Internacionais de mulheres negras. Logo após, organizações importantes para o movimento como o Geledés: Instituto da Mulher Negra, Criola, Fala Preta, coletivos e produções intelectuais surgiram.

Nesse sentido, Lélia Gonzáles aparece como um dos principais nomes dentro do movimento feminista negro no Brasil. Era filósofa e antropóloga.

Depositou todo seu intelecto a favor da luta das mulheres. Assumiu sua condição como mulher negra através do Candomblé – religião de matriz africana –, da psicanálise e da relação com a cultura brasileira. Gonzáles foi além do seu tempo, conseguiu mostrar o sexismo e o racismo presente na sociedade brasileira. Foi uma das primeiras mulheres negras que teve voz nos seminários e encontros internacionais de mulheres na América Latina. Além de colocar a mulher negra no centro do debate, Lélia vê a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população, uma vez que o modelo valorizado e universal é branco (Ribeiro, 2016, p. 101).

Outro nome importante para o feminismo negro no Brasil é o de Sueli Carneiro, doutora em filosofia, fundadora e atual diretora do Géledes: Instituto da Mulher Negra, a primeira organização independente de feministas negras, criado em 1988. Sueli é um elemento de grande peso na construção do pensamento do movimento feminista negro no Brasil e na luta antirracista. Tem muito a dizer a respeito da vivência da mulher negra brasileira e como o feminismo antirracista do Brasil contribui para as lutas das feministas.

O feminismo negro brasileiro conseguiu, através de sua inserção nas redes sociais, o alcance e o aumento de visibilidade do movimento feminista negro. Várias mulheres negras, principalmente as mais jovens, têm usado as plataformas digitais para contar histórias sobre a dupla opressão – racismo e machismo – sofrida por elas durante suas vidas. Desde jovem, a mulher negra brasileira do século XXI não limita sua visão para os problemas enfrentados por causa da cor da sua pele. Sabe que tem lugar de fala e utiliza sempre que necessário (Gomes; Carneiro; Madeira, 2018).

O lugar de fala faz parte das reivindicações das feministas negras. Por muito tempo suas histórias foram e ainda são contadas por pessoas que só conhecem suas vivências na teoria e mesmo assim insistem em achar que tem total prioridade para abordar assuntos como o racismo, por exemplo, sem ao menos ter sido vítima de alguma atitude racista. Os brancos através dos seus privilégios, ao insistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falarem pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais (Ribeiro, 2017).

2.4 Política feita para os homens brancos

De acordo com Araújo (2006), o sistema político brasileiro não opera de maneira esperada, perduram no país elementos políticos tradicionais, conservadores,

clientelistas e patrimoniais. Elementos tais que reforçam estruturas imutáveis do modo de governar, tendo em vista a persistência desses elementos na política, cogitando a necessidade de uma reforma na área, que ao fim acabaria auxiliando toda a sociedade, dando vazão para as necessidades das classes menos abastadas, posto que no Brasil não existem instâncias que façam de todos seus cidadãos iguais de fato (Pinto, 2010), mesmo que perante as leis da justiça todos sejam semelhantes.

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2015, 51,48% da população é feminina, e nos ambientes políticos 55 das 513 cadeiras da Câmara de Deputados são ocupadas por mulheres, e no Senado elas ocupam 12 dos 81 lugares. Os motivos para a discrepância entre a população feminina e as representantes no Legislativo são muitos e vários autores e autoras analisam esta representatividade feminina de diversos modos, mas a perceptível disparidade entre as estatísticas traz luz à situação política do país e como ela deve ser mudada para representar melhor sua população.

A representação feminina na política brasileira começou cedo e foi pioneira no continente latino-americano:

Se comparada aos outros países da América Latina a concessão do direito ao voto para as mulheres no Brasil não foi tardia, ao contrário, o país foi um dos primeiros a garantir o sufrágio feminino; a ausência de democracia prejudica as mulheres e isto é possível de ser até mesmo visualizado nos dados estatísticos, mas também compartilhamos esse (infeliz) passado de interrupções democráticas com vários outros países. Entretanto muitos desses países apresentam diferenças menores na participação política por sexo. Embora apresente elevado índice de desigualdades, o Brasil não é dos mais pobres da região e tampouco é aquele que tem instituições menos democráticas e/ou com pouca consolidação (Araújo, 2006, p. 3).

O país tem um sistema de cotas para que cada sexo atue na área política, esta medida está prevista na Constituição, sob o artigo 10º, no parágrafo 3º: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada gênero” (BRASIL, 1997), tal lei foi estabelecida há 21 anos e até hoje auxilia as mulheres a alçarem cargos no meio político. A implantação de políticas de cotas é também responsável pela elevação da presença feminina nos parlamentos de muitas nações latino-americanas (Araújo, 2001), mas o Brasil continua atrás de outros países do continente na questão de representação,

mais especificamente na 32ª posição no ranking feito pela ONU Mulheres, na frente apenas de Belize.

Segundo Araújo (2006), as mulheres enfrentam um conjunto de obstáculos, os quais a autora limita a três grandes níveis: micro, sociológico e político, dentre eles a política é a barreira mais presente. Ainda segundo a autora, uma série de fatores resulta na limitação da autonomia feminina quanto à candidatura na política: a falta de autonomia para lançar-se à candidatura; os papéis de gênero que refletem moldes tradicionais onde o homem trabalha e a mulher cuida da vida doméstica; a falta de autoestima e apoio para a entrada e permanência na carreira política; e a falta de recursos. Ainda há a questão da resistência partidária, esta consiste na relutância à inclusão de mulheres na competição eleitoral. Sem desconhecer a existência de preconceitos e discriminações que operam como forças de inércia, trata-se de considerá-las no interior da dinâmica e da lógica política predominantes. (Araújo, 2001).

A resolução de tais empecilhos vem com forte apelo político, posto que torna-se necessário a revisão de leis e emendas constitucionais, a fim de que as mulheres porem de ser parte de uma cota e tornem-se peças ativas e participantes da mudança que a política pode trazer, além da educação da sociedade quanto ao funcionamento das leis e responsabilidades dos governantes, para que possam cobrar mudanças eficazes e fiscalizar as ações dos eleitos, assim como deve ser uma democracia.

As formas de resolvê-los são muitas, os autores elencam diversas delas a cada publicação e nova análise do cenário atual, mas qualquer que seja o tipo de intervenção é necessário considerar o grau em que a variável “gênero” influencia ou é influenciada por essa característica multifacetada da política (Araújo, 2001).

2.5 Os primeiros passos da mulher negra na política piauiense

De acordo com a última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021 o número de habitantes do Brasil passa de 200 milhões, para ser exato o número é de 213,3 milhões de brasileiros, desses 213,3 milhões de brasileiros a maioria é composta por mulheres. Em 2019 o número de mulheres era de 109,4 milhões, em porcentagem fica 52,2% ou seja as mulheres são a maioria. No Brasil, a população negra é de 54 % e as mulheres negras representam 27,8 %, desses 27,8% são mulheres que se declaram negras. Mesmo as mulheres negras

sendo maioria, elas têm uma baixa participação na política.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que 80% da população piauiense se considera preta ou parda. O Nordeste é a região do Brasil com maior percentual de pessoas autodeclaradas pretas. Entre os estados, o Piauí é o 3º com maior número de pretos: 9,1%. O número é inferior à média da população de negros declarados no Nordeste (11,3%) e do país (9,3%). Apenas os estados da Bahia (22,9%) e Maranhão (11,9%), possuem percentual acima da média da região. Entre os pardos, o Piauí é o segundo maior da região em percentual (70,9%) ficando atrás apenas do estado de Sergipe (71,5%) (Macedo, 2019, p.1).

No período pós-colonial do Brasil, no qual teve a primeira mulher eleita, Carlota Pereira de Queiroz, foi eleita como Deputada Federal do estado de São Paulo, no ano de 1934, ela foi uma das primeiras mulheres latina americana a ser eleita para um cargo político. Em 1928, a primeira mulher prefeita foi eleita para um cargo político, Luíza Alzira Soriano Teixeira, como a primeira prefeita do município De Lages, mas por conta da revolução de 1930 ela não concluiu seu mandato e ficou apenas dois anos. Em 1927, o estado do Rio Grande do Norte liberou o direito do voto feminino, sendo organizado pelas sufragistas e o governador, Juvenal Lamartine (Nalva, 2015).

Pinto e Moritz (2009) chamam a presença da mulher no cenário político de "tímida" referente ao pouco espaço que as mulheres possuem na política.) ressaltam nesse trecho exatamente a situação da mulher e da minoria, pois, o cenário político é de sua grande maioria, homens da cor branca e da classe média.

A primeira e mais empírica delas é a questão da própria ausência das mulheres no cenário político, o que deve ser analisado tanto pelas peculiaridades da situação da mulher, como pelas características que divide com muitos outros grupos excluídos (Pinto e Moritz, 2009, p. 65).

No trabalho de Nalva Sousa (2015), ela aborda sobre o desenvolvimento da mulher piauiense na política, ela traz entres os anos de 1970 a 1998. Em 1970, em meio a ditadura militar, Josefina Ferreira Costa, foi eleita como deputada estadual do estado do Piauí, em sua pesquisa, Nalva (2015) resalta que Josefina Ferreira Costa só obteve o cargo de deputada estadual, pois, ela na sua família tinha políticos, como o marido, pai e sogro, com isso facilitou a sua entrada na vida política, e resalta também o coronelismo na época, que associa tanto a sua

candidatura como ter ganhado a eleição a sua família, pois naquela época a mulher só tinha essa entrada na vida política.

De acordo com os dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), nas eleições de 2018 teve um aumento nas candidaturas de mulheres comparado às eleições de 2014, em que, podemos destacar que nesse mesmo ano de 2014 só teve uma mulher que foi eleita como governadora em todo o Brasil, e em 2018 não teve aumento no número de governadoras eleitas, foi apenas uma mulher eleita também, mas o número de mulheres eleitas em outros cargos teve um aumento comparado às eleições anteriores. Vejamos os dados do Estado do Piauí, que mostra que teve um aumento, mas vamos ressaltar que foi pouco esse aumento no número de mulheres eleitas, de acordo com os dados abaixo:

Tabela 1- Número de mulheres concorrendo, número de cadeiras e mulheres eleitas no Piauí nas eleições de 2014 e 2018

ANO	CARGO	Nº DE MULHERES CONCORRENDO	Nº DE CADEIRAS	Nº DE MULHERES ELEITAS	PORCENTAGEM
2014	GOVERNADOR	1	1	0	0%
	SENADOR	3	1	1	100%
	DEPUTADO FEDERAL	9	10	1	10%
	DEPUTADO ESTADUAL	27	30	6	20%
2018	GOVERNADOR	1	1	0	0%
	SENADOR	4	2	1	50%
	DEPUTADO FEDERAL	11	10	2	20%
	DEPUTADO ESTADUAL	35	30	8	27%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Mas como sabemos que dentro desse grupo de mulheres temos ramificações, temos as mulheres brancas, as mulheres negras, as mulheres trans e outras mais. E cada uma delas tem batalhas diferentes ao longo da sua vida, um grupo tem mais dificuldade que outro grupo. Nessa pesquisa vamos falar sobre a dificuldade da mulher negra no Piauí, e quantas delas chegaram a se eleger nas

eleições de 2016 e 2020.

Quando se trata de mulheres negras na política esse número diminui. De acordo com a pesquisa da instituição ONU mulheres Brasil, o índice de mulheres negras eleitas no Brasil tem uma diferença em relação às candidatas brancas eleitas, e o que tange, é que, no Brasil tem a sua maioria composta de mulheres negras, com 28%, de acordo com o Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE).

No Piauí o número de mulheres negras eleitas é muito baixo em relação a outros estados do Brasil. Em 2014, apenas uma mulher estava concorrendo para o cargo de vice-governadora, Solimar Silva do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) para o cargo de governador(a) não teve nenhuma candidata negra, e para os respectivos cargos de deputado(a) estadual, deputado(a) federal, suplente 1 e suplente 2 não tiveram mulheres negras eleitas.

Já em 2018, houve uma mudança nesse cenário. Duas mulheres negras concorreram ao cargo de governadora: Professora Sueli, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e Luciane Santos, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). No entanto, apesar desse avanço na representatividade, nenhuma das candidatas foi eleita, nem ficou entre as três primeiras com maior intenção de voto.

Nas disputas para vice-governador(a), deputado(a) federal, deputado(a) estadual e suplente 1, não houve êxito, pois nenhuma mulher negra foi eleita. No entanto, para o cargo de suplente 2, Rosário Bezerra, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), conquistou a vaga.

Como podemos observar, a mudança é bem pequena, mas as mulheres negras a cada dia estão tomando seu devido espaço na política, como dizem as autoras Pinto e Moritz (2009) “de forma tímida”. Atualmente de acordo dados referentes ao estado do Piauí, nas últimas eleições municipais de 2020 apenas 5 mulheres foram eleitas como vereadoras, e dessas 5 mulheres eleitas nenhuma delas é negra.

Diante dessa sub-representação da mulher negra na política piauiense é fundamental entender quais os fatores impedem a ascensão das mulheres negras a cargos de representação política no estado do Piauí. Para interpretar melhor esse fenômeno, esse trabalho se dedica a analisar os casos das lideranças políticas de Francisca Trindade e Regina Sousa.

3 A PRESENÇA DA MULHER NEGRA NO CENÁRIO POLÍTICO PIAUIENSE: A PRIMEIRA MULHER NEGRA COMO GOVERNADORA DO PIAUÍ

Neste capítulo, abordaremos mulheres negras que tiveram grande impacto na política teresinense durante o período de Francisca Trindade, que foi deputada federal, e a ex-Governadora do Piauí, Regina Sousa. Faremos uma síntese das informações sobre cada uma dessas mulheres. Devido à escassez de material de estudo sobre a vida de Francisca Trindade e Regina Sousa, os dados coletados foram obtidos por meio de entrevistas e de um livro bibliográfico.

Francisca das Chagas da Trindade, nasceu em na capital piauiense, Teresina, no dia 26 de março de 1966. Filha de Dona Lídia, foi casada com Edilberto Sousa Borges, mãe de Camila Kizzy e Yan Kalid. Coursou Teologia e Filosofia pela a Universidade Federal do Piauí. Seu início na política foi na igreja, em que ela fazia parte dos grupos JOC (Juventude Operária Católica) da PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular), desde então ela começou a sua militância pela a comunidade onde morava bairro Água Mineral, em que criou a Associação de Moradores do Bairro Água Mineral, após muitos anos luta ela conseguiu fundar a FAMCC (Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí). Uma de suas causas na militância, era a luta por moradia e condições dignas para a população menos favorecida da região, no qual não ficou só na zona norte, mas em algumas regiões de Teresina (Silva, 2022).

Figura 1- Francisca Trindade: Trajetória política da deputada é destaque na revista Revestrés.



Fonte: Site do PT Piauí, 2021.

Segundo o livro “ Francisca Trindade, O poder e a resistência da mulher negra” (Silva, 2022) Trindade, como gostava de ser chamada, foi e continua sendo bastante importante na luta da mulher negra para conseguir seu espaço, em que junto com a sua militância para melhores moradias para a população carente, ela também lutava por essas mulheres negras, ela fazia parte do grupo “ Coisa de Nego”, nesse grupo ela pode se fortalecer ainda mais com suas raízes. Logo após isso, Francisca Trindade ingressou na política, em 1985 ela se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), em 1992 ela competiu nas eleições para vereadora, mas ficou como 1º suplente, só uma 1995 ela assumiu o mandato de vereadora ficando no lugar de Wellington Dias, nas eleições de 1996 ela conseguiu se reeleger como vereadora de Teresina. Conseguiu se eleger como deputada estadual em 1998, na câmara foi eleita presidente da Comissão de Direitos Humanos na Assembleia Legislativa, mais tarde, nas eleições de 2000 tentou se eleger como vice-prefeita junto com o Wellington Dias como prefeito, mas não se elegeram.

⁴ [https://ptpiaui.org.br/2021/01/11/francisca-trindade-trajetoria-politica-da-deputada-e-destaque-na-
revista-revestres/](https://ptpiaui.org.br/2021/01/11/francisca-trindade-trajetoria-politica-da-deputada-e-destaque-na-revista-revestres/)

Figura 2- Wellington Dias e Francisca Trindade.



Foto: Wellington Dias(@wellingtondiasoficial) .2021.

<https://www.instagram.com/wellingtondiasoficial/p/CRz1DZ4qwZL/instagram>.

De acordo com os dados fornecidos pelo TSE, em 2002 Francisca Trindade conseguiu o feito de ser a deputada federal mais votada da história, com 165.190 votos, ficando em primeiro lugar até 2010 quando o deputado federal Marcelo Castro conseguiu 171.697 votos. Mas infelizmente ela não conseguiu cumprir todo o seu mandato, devido a um aneurisma que causou sua morte.

No entanto, Francisca Trindade não foi esquecida após sua morte, a sua trajetória de vida virou uma referência para o povo negro do Piauí, e principalmente na capital Teresina, onde ela nasceu e morou, deixando um legado que até hoje é lembrada. Foram diversas homenagens como o Centro de Referência Francisca Trindade, que ajuda mulheres que sofreram algum tipo de violência, tanto física como psicológica, prestando apoio a ela e ajudando em questões sociais, jurídica e psicológica, e esse mesmo centro acolhe mulheres em situações mais graves dando um local para elas ficarem por um determinado tempo. Tem também a Fundação Deputada Francisca Trindade, que foi fundada em 2006 com o intuito de ajudar pessoas em vulnerabilidade na região da zona norte localizado no bairro Mocambinho, que disponibiliza vários cursos, como ballet para crianças.

Símbolo dos movimentos sociais na luta por direitos, a política de habitação foi uma das principais bandeiras dos mandatos de Trindade, remetendo-a a elogios e aclamada como representante das comunidades pobres. Ficou conhecida também por sua competência e seu espírito combativo. Nisso, enquanto mulheres negras, cabe apresentar Trindade não somente em momentos subjetivos das lembranças de sua trágica morte, mas sobre sua expressiva representatividade de mulher e negra (Silva, 2022, p.87).

Francisca Trindade foi considerada uma mulher grande que lutou por melhores moradias para a população carente, ações que assemelham também na governadora Regina Sousa, que começou nova na política também, que sua maior luta é a para conseguir terras para as pessoas sem terras, no qual ela fala com orgulho em cada posse de terra que ela conseguiu, assim como Trindade, que lutava por melhores moradias para a população carente, pois ela tinha a experiência como era, Regina também sabe como o que não é a própria terra, quando era criança os pais moravam no terreno do fazendeiro “de favor”, a luta das duas é algo que as duas já vivenciaram e sabem do sofrimento, e lutam por um mundo melhor para essas pessoas.

Em uma entrevista concedida ao portal G1 Piauí, podemos saber um pouco mais sobre a ex-governadora Regina Sousa, ou Maria Regina Sousa, que nasceu em 4 de julho de 1950. Ela é a quinta de quatorze filhos, natural da cidade de União, PI. Filha de uma quebradeira de coco, Regina Sousa também foi quebradeira de coco, algo que ela menciona com bastante orgulho de suas origens na roça. Ela se formou na Universidade Federal do Piauí (UFPI) em Letras, com especialização em Língua Portuguesa e Língua Francesa. Desde de criança tem contato com o movimento sem terra, graça a um tio que ensinou a ela sobre o movimento de reforma agrária, mas só na universidade ela começou a participar dos movimentos sociais, já como professora ela fez parte do movimento dos professores, após passar no concurso trabalhou como bancária no Banco do Brasil, no qual atuou ao lado do Wellington Dias no sindicato dos bancários, em que ela foi vice-presidente dos bancários, ele presidente, depois ela se tornou a presidente mulher do sindicato dos bancários. É uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) no Piauí, também fez parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e ficou por dois mandatos encarregada pela Secretaria de Administração, no período do primeiro mandato de Wellington Dias.⁵

⁵ <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/03/31/quem-e-regina-sousa-pt-a-primeira-mulher-governadora-efetiva-do-piaui-que-assume-nesta-quinta-31.ghtml>

Em 2010, foi eleita a suplente do senador Wellington Dias, no ano de 2014 ela assumiu o cargo, após o então senador Wellington Dias vencer as eleições para governador do estado do Piauí novamente, com quatro anos de mandato Regina Sousa foi eleita presidente da Comissão de Direitos humanos do senado, além de ocupar o cargo de senadora até o ano de 2019.

No dia 31 de março de 2022, Wellington Dias renuncia ao cargo de governador para concorrer ao senado, com isso, a vice Regina Sousa passou a ser a primeira governadora do estado do Piauí, além dela ser a primeira governadora mulher, é uma mulher negra, se tornando um marco de grande importância para as mulheres negras piauiense, e não só do Piauí, mas de todo o Brasil.

Figura 3- Regina Sousa.



Foto: Ricardo Morais/ OitoMeia

Da mesma maneira como Regina lutou na juventude para poder estudar e trabalhar enquanto ajudava a sua mãe a quebrar coco, ela também sofreu com preconceito dentro da política. De acordo com a própria governadora, em uma entrevista concedida a uma canal no youtube, Rede TVT, para o programa Entre Vistas⁶, com o jornalista Juca Kfourri, ela relata que teve que conviver com o racismo ao exercer o cargo de senadora, um dos episódios de racismo, um dele de

⁶ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=slaJt8pl8m4&t=2380s>>

notoriedade nacional, em que o apresentador do SBT, Danilo Gentili, chamou ela de tia do café, uma atitude racista e sexista do apresentador, mas Regina Sousa não por isso e processou o apresentador. Mas não foi dessa vez que ela sofreu ataques racistas e sexistas, após assumir como governadora ela sofreu vários ataques, como “tia da macumba” que um advogado teria chamado pela em um grupo de uma rede sociais.

Após isso, Ana Miekke, candidata a deputada estadual usou suas redes sociais para repudiar tal comentário, ela disse “No Brasil, nem a GOVERNADORA DO PIAUÍ escapa de ser vítima de racismo! Regina Souza foi vítima de racismo de cunho religioso no grupo OAB-PIAUÍ, foi chamada de “tia da macumba” pelo advogado Ralisson Amorim em um grupo com mais de 250 advogados e muitos ocupando cargos de diretoria “disse ela em sua rede sociais, um outro ataque que a governadora sofreu foi do prefeito de Parnaíba, Mão Santa, que a chamou de “macumbeira” durante uma live. O termo macumbeira é uma forma pejorativa de chamar uma pessoa que é a adepta a uma religião matriz africana, sendo ela do candomblé ou umbanda, em que macumba quer dizer algo ruim, então uma pessoa macumbeira é uma pessoa ruim.

Em uma entrevista dada à TV Fórum no Youtube, ela explicou o motivo de não ser candidata para uma reeleição para governadora, como 72 anos, ela alega que não possui mais saúde para sair em uma campanha eleitoral por todo o Piauí, por isso deixou uma pessoa mais nova concorrer ao cargo de governador. No Piauí temos poucos exemplos de mulheres negras na política.

Quadro 1 - Características e similaridades de Francisca Trindade e Regina Sousa

	Francisca Trindade	Regina Sousa
Socialização política primária	Familiar	Familiar
Socialização e formação política – movimentos sociais	Religioso-católico Teologia da Libertação	Movimento estudantil
Partido de filiação	Partido dos Trabalhadores - PT	Partido dos Trabalhadores – PT
Escolaridade	Ensino superior	Ensino superior
Instituição onde obteve a maior titulação de escolaridade	Universidade Federal do Piauí - UFPI	Universidade Federal do Piauí – UFPI
Ascensão à carreira política	Por apadrinhamento	Sindicalismo
Sofreu racismo?	Sim	Sim
Sofreu sexismo?	Sim	Sim

Fonte: Elaboração própria

4 METODOLOGIA

No portal do TSE, foram encontrados dados relacionados às eleições dos anos de 2014, 2018 e 2022. Foram vistas as estatísticas eleitorais, nas quais foram analisados os dados sobre a distribuição por sexo, faixa etária e escolaridade. Também foi verificada a legislação, com normas e resoluções relacionadas ao processo eleitoral, além de dados sobre o registro de filiações partidárias. No portal do IBGE, foram coletados dados relacionados aos censos demográficos e econômicos e indicadores econômicos como desemprego. Também foram analisados dados sobre a sociedade, incluindo educação, trabalho, saúde e outros aspectos sociais, além de dados regionais, com estatísticas detalhadas sobre os estados brasileiros., em artigos publicados, no banco do Capes, no livro biográfico dedicado a Francisca Trindade, organizado por Assunção Silva e amigas de Trindade, em entrevistas concedidas em canais no YouTube, pesquisas feitas em jornais online e no Google Acadêmico, foi realizada uma busca que delimita o tema sugerido neste estudo. Os trabalhos indicados deveriam ter como foco o fenômeno descrito como “**A Representação Política de Mulheres Negras no Piauí: Reflexão da Trajetória de Francisca Trindade e Regina Sousa**” e trabalhos escritos em língua portuguesa. Os trabalhos que abordaram a temática de forma diferente não foram selecionados, assim como

capítulos de livro, trabalhos de conclusão de curso, editoriais e outros materiais que não constituíam artigo, tese, dissertação, trabalhos publicados em eventos assim como entrevistas concedidas. Foram utilizados ao todo nove trabalhos para integrar esta pesquisa. Inicialmente, foram realizadas pesquisas no Portal de Periódicos do CAPES e buscas no Banco de Teses e Dissertações, onde foram encontradas duas, que foram descartadas por não se encaixarem nos critérios de inclusão. Com isso, foram feitas buscas no Google Acadêmico, utilizando os descritores “Mulher na política piauiense”, “A mulher na política” e “A participação da mulher na política”.

Neste artigo utilizamos as seguintes palavras-chave: “Representação Política de mulheres negras”, “mulheres na política”, “Francisca Trindade”, “Regina Sousa” e “Mulheres negras”. O presente estudo consiste em uma revisão literária e entrevistas, possibilitando uma análise ampla e sucinta do tema estudado, sem diminuir sua importância. Dessa forma, este parâmetro busca o entendimento do tema pesquisado, utilizando como base pesquisas anteriores, proporcionando a discussão e construindo estudos que impulsionam a realização de futuros trabalhos sobre a temática abordada neste artigo. Foi analisado de forma breve o percurso da mulher em busca de equidade na sociedade e a luta pelo direito ao voto. Não foi delimitado um período de tempo para a escolha dos trabalhos, analisando-se aqueles com a mesma temática.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observamos que, ao longo dos anos, as mulheres têm lutado para que homens e mulheres tenham os mesmos direitos igualitários, seja no trabalho, em casa, na política ou na sociedade em geral. Contudo, percebemos que essa luta por direitos igualitários é uma tarefa árdua e contínua. Como evidenciado neste estudo, essa luta persiste até os dias de hoje. No campo político, não é diferente. Apesar de estarmos conquistando nosso espaço gradualmente, ainda temos muito pelo que lutar. Em um país onde a maioria da população é composta por mulheres, é importante ressaltar que a maioria delas é formada por mulheres negras. A falta de representatividade dessas mulheres na política é evidente, reforçando a afirmação de que a mulher negra ainda está distante de alcançar o ideal que merece para refletir de fato sua representação no cenário político.

Ao perscrutarmos este estudo, identificamos que as mulheres lutam por seu

espaço na sociedade desde o período colonial. No entanto, foi o movimento feminista que permitiu que as mulheres conquistassem força, liberdade e voz como indivíduos. Após essas manifestações do movimento feminista, as mulheres conseguiram o direito ao voto. Mas ao decorrer deste estudo notamos como foi difícil para as mulheres conseguirem esse direito básico, pois não foi fácil superar a barreira imposta pelo machismo. Foram necessárias várias manifestações em prol das mulheres na política e em defesa de sua liberdade como cidadãs. No cenário político, muitas mulheres têm o direito de voto e podem até participar. Seu espaço vem crescendo de forma gradual e lenta. De acordo com os dados do TSE, ao analisarmos o parlamento brasileiro de 1997, apenas 6,6% dos cargos eram ocupados por mulheres. Comparando com o ano de 2022, podemos verificar um aumento significativo, com as mulheres ocupando 18% dos cargos. Essa foi a primeira vitória das mulheres no âmbito político.

Entretanto, o movimento feminista que surgiu no século XIX não englobava os direitos de todas as mulheres, pois apesar das mulheres terem o mesmo gênero, isso não abrange outros âmbitos, como por exemplo, a diferença de classe e raça. Com isso, surgiram ramificações desse movimento feminista, como o feminismo negro, o feminismo radical, o feminismo interseccional, o feminismo liberal e o feminismo trans. Neste estudo, iremos abordar especificamente o feminismo negro.

É importante pontuar que tanto homens quanto mulheres que fazem parte do nosso quadro político são predominantemente brancos. Muitas mulheres que integram esse cenário político são brancas e, na maioria dos casos, já têm um histórico familiar de algum parente na política, sendo a maioria desses parentes homens. Observamos um cenário em que a mulher negra sofre e, ao mesmo tempo, precisa lutar contra essa discrepância no âmbito político. As mulheres lutam por um espaço, que na teoria era para ser seu, pois perante a constituição somos iguais.

Um fato, que não pode ser negado, é a sub-representação das mulheres negras nos espaços institucionais. Tudo foi construído para o homem branco, depois para a mulher branca. Depois, bem depois, está o homem negro. E lá longe, bem no fundo, a mulher negra (Francisco, 2019, p 01).

Figura 4 - A Marcha das Mulheres Negras foi realizada em novembro de 2015 em Brasília.



Fonte: Agência Brasil, 2015

O objetivo desta pesquisa foi explorar o tema 'A representação política de mulheres negras: Reflexão da trajetória de Francisca Trindade e Regina Sousa', com a finalidade de verificar os possíveis significados atribuídos a essa terminologia e responder a pergunta inicial deste estudo, Qual a importância da representatividade da mulher negra na política piauiense? E qual o impacto de Francisca Trindade e Regina Sousa no cenário político piauiense ? Com isso, debater algumas possíveis causas da baixa representatividade da mulher negra no cenário político piauiense. Além disso, busca-se analisar um tema que é tão pouco estudado. Ao longo dessa pesquisa, percebemos a escassez de informações e estudos, especialmente sobre Francisca Trindade e Regina Sousa. Esta pesquisa tem como base estudos sobre gênero, raça e classe, que são temas abordados em algumas pesquisas citadas neste estudo.

Ao longo dessa análise, verificamos que as mulheres negras brasileiras enfrentam três tipos de problemas principais: gênero, raça e classe social. O primeiro problema, que é o de gênero, refere-se a uma política composta em sua grande maioria por homens, visto que governam apenas para si, na qual as leis que constituem esse país são favoráveis para homens . A segunda problemática, é o

racismo, como visto anteriormente, poucas mulheres negras conseguem se eleger no Brasil “O racismo estrutural brasileiro é responsável pelo baixo índice de negros e negras nos espaços de visibilidade positiva, prestígio e poder no Brasil” (Francisco, 2019,p 02). E o terceiro problema é que muitas mulheres negras vivem em situação de pobreza, algo que, como sabemos, é cultural para a população negra nesse país, pois de acordo com os dados do IBGE, a população de preta e pardo são as que têm menos acesso à educação, emprego, saneamento e a segurança, pois são os mais marginalizados, e como uma mulher, negra e pobre vai conseguir chegar nos espaços que estão repletos de homens brancos, que geralmente são de famílias ricas? A forma mais viável são as políticas públicas. Em 2009, foi criada a Lei de Cotas, que estabelece: 'Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo' (Lei nº 12.034, de 2009). A criação dessa lei foi um passo muito importante para a equidade de gênero na política brasileira. Outro passo importante é a Lei de Cotas Raciais e Cotas para Família de Baixa Renda, que permite que pessoas de raça e classe social menos privilegiadas tenham a mesma oportunidade que pessoas brancas e com melhores condições financeiras (Lei nº 12.711/2012).

Ao examinar os dados das eleições de 2018 e 2022, podemos observar um aumento no número de mulheres eleitas. No entanto, independentemente desse aumento, é nítida a desigualdade de gênero na política. Em conformidade com o último censo de 2022, o Brasil tem mais mulheres do que homens. A quantidade de mulheres é de 51,48%, enquanto a de homens é de 48,52%. Mesmo as mulheres sendo a maioria na população, isso não se reflete na política.

No entanto, nas eleições para o senado, o número de mulheres que se candidataram em 2022 também teve um aumento em relação às últimas eleições no Brasil, em contrapartida, no ano de 2018, sete mulheres conseguiram se eleger como senadoras, enquanto em 2022 esse número caiu para quatro mulheres eleitas.

Fazendo esse comparativo das eleições de 2018 e 2022 e fazendo uma comparação na quantidade de mulheres que se elegeram para os cargos de deputadas federais, senadoras, governadoras e presidente, percebemos a desigualdade de gênero na política. De acordo com os dados fornecidos pelo TSE, nas eleições de 2022, também houve um aumento nas candidaturas de deputados pardos/pretos na câmara em comparação com as eleições anteriores.

Ao analisarmos a trajetória de Francisca Trindade e Regina Sousa, constatamos que esse percurso é repleto de preconceito e luta para ambas. Embora tenham vivido em épocas diferentes na política, sofreram os mesmos preconceitos, como racismo, machismo, sexismo e xenofobia, entre outros. Um episódio marcante em que nossa ex-governadora sofreu preconceito foi quando o apresentador Danilo Gentili a chamou de “tia do café” no seguinte comentário em seu Twitter “ Senadora? Achei que fosse a tia do café” o comentário foi feito no dia 11/05/2016, dia em que foi aberta a votação do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, e foi exatamente na hora do discurso de Regina Sousa em que ele faz o infeliz comentário. Esse comentário teve uma grande repercussão nacional, expondo o racismo disfarçado de uma simples piada contada em uma rede social. Na realidade, todo e qualquer comentário carregado de preconceito é frequentemente justificado como bem-intencionado ou "apenas uma piada". Argumentos como "antigamente não tinha essas 'frescuras' e agora tudo é preconceito" são comuns entre pessoas preconceituosas quando são expostas.

Como observamos no texto, a mulher luta desde quando descobre que é mulher. Na época em que Trindade foi eleita deputada federal, o cenário político era muito diferente do de hoje. Podemos dizer que Trindade abriu caminho para que muitas mulheres negras pudessem pensar em política feita por mulheres negras e para mulheres negras. Francisca Trindade nunca negou suas origens; muito pelo contrário, ela lutava para melhorar a vida de seu povo com moradias, saneamento básico e racismo, assim como Regina Sousa na sua luta pela demarcação de terras para o povo sem-terra. Ao longo de sua carreira, Regina Sousa também foi invalidada diversas vezes e passou por situações semelhantes às enfrentadas por Trindade.

Uma mulher que não fugiu da luta e que não se perdeu de sua história... Uma mulher que ousou ocupar espaços predominantemente brancos e colonizadores e que aguentou a dor de conviver com o racismo e o machismo sem jamais se submeter ou calar a sua voz que sabia se fazer forte, mesmo que muitas vezes tenha chorado no colo acolhedor das amigas, a dor de ser uma mulher negra na política, contrariando as práticas viciadas tão presentes nesses espaços. Uma mulher que nos representava e agregava os sonhos de uma geração... Uma mulher que enfrentava sem medo o poder opressor e acolhia com amor o povo que defendia (Silva, 2022, p. 17).

Não é surpresa que mesmo ocupando cargos públicos, elas tenham enfrentado preconceito. Sofreram discriminação por serem mulheres, por serem

negras e por serem de famílias humildes e sem vergonha de negar suas raízes. Infelizmente, ainda persistem absurdos como a ideia de que uma mulher na política é tolerável, somente se ela for branca, de boa família e ter bons estudos. Para mulheres negras e pobres, o cenário é diferente, pois muitos ainda acreditam que “lugar de mulher não é na política” e que elas não têm capacidade para tal. Tipos de pensamento e falas como essas são realidades no cotidiano da mulher negra, que, constantemente, é menosprezada, invalidada e não sente que tem local de fala. Muitas vezes, seu corpo é objetificado pela sociedade, que habitualmente sexualiza o corpo da mulher negra, ou como gostam de chamar, a famosa 'mulata'⁷.

Trindade se notabilizou na organização comunitária que era a base da FAMCC. Se tornou conhecida em toda cidade e Estado. Promoveu centenas de mobilizações das comunidades na luta por moradia, saúde e educação e tantos outros direitos que agora sim já faziam parte do nosso dia a dia (Silva, 2022, p. 34)

Francisca Trindade deixou um legado na política. Como mulher negra de família humilde, ela mostrou que, mesmo com todas as barreiras, se colocava de pé para ultrapassar cada uma delas. Após sua morte, Trindade foi homenageada de diversas formas, como com uma estátua localizada na praça da Liberdade em Teresina -Pi, um bairro com seu nome e até uma fundação com seu nome que fica localizado no bairro Mocambinho, que oferece aulas de ballet e outros cursos. Trindade nunca será esquecida; seu nome ecoa pelos bairros desta cidade. Ela será sempre lembrada pelos projetos sociais voltados para as pessoas mais carentes e por sua constante luta por aqueles que tinham menos.

*“ Quando uma mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se movimenta
com ela” (Angela Davis).*

⁷ Mulata é um termo usado para se referir a uma pessoa filha de pais de etnias diferentes, sendo um negro e outro branco. Originalmente, era um termo utilizado para se referir a um híbrido, a mistura de um cavalo com um jumento. A palavra também remete à sensualização do corpo da mulher negra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a estudar a representação política de mulheres negras no Piauí através de uma reflexão da trajetória de Francisca Trindade e Regina Sousa. Com isso, pode-se concluir que a luta das mulheres para ter espaço na política não foi fácil e ainda não terminou, visto que a maioria dos políticos eleitos em exercício ainda são homens, reflexos de uma sociedade marcada pelo sistema patriarcalista, em que a mulher, no domínio familiar, acumula funções trabalhistas, domésticas e maternas, atividades aceitas como exclusivamente femininas.

Apesar do Brasil ser um estado plenamente democrático onde as mulheres somam mais da metade da sua população, elas ainda não ocupam, de modo proporcional, cargos de representação e de decisão no âmbito público. Continuam sub-representadas na política brasileira, fortemente influenciada pelo homem, e pode-se afirmar que a configuração da dimensão política é um fenômeno explicativo das desigualdades de gênero existentes nas dimensões econômica e social, tal como ficou demonstrado através desta pesquisa. E ao percorrer desses estudos, vemos que o Estado do Piauí é um dos que possui maior desigualdade no cenário político. Contudo, de forma tímida, as mulheres negras piauienses estão começando a se destacar e a sair do lugar que a sociedade impôs para elas.

A maior presença das mulheres na política é fundamental à consolidação de um Estado verdadeiramente democrático, já que a igualdade de representação entre homem e mulher no Congresso Nacional está intimamente ligada à efetividade dos direitos e garantias fundamentais da igualdade de gênero. Assim sendo, a proteção internacional das mulheres está, intimamente, ligada às lutas e às demandas levantadas pelos movimentos feministas em suas mais variadas feições. Os direitos humanos das mulheres não são fruto de uma história linear, são um processo ainda recente e em constante construção.

Mesmo com a baixa representatividade de mulheres negras, será, portanto, imperativo atuar de forma afirmativa e reparadora para incluir as mulheres na vida política do País, se a igualdade de gênero e raça for um pressuposto da nossa atuação. Para que esse quadro evolua, é necessário que os partidos políticos incentivem e ofereçam condições reais para que as mulheres ingressem na vida política, de forma igualitária aos homens.

Ao final da pesquisa, verifica-se a presença da mulher negra no cenário

político piauiense, Francisca Trindade e Regina Sousa , a primeira mulher negra como governadora do Piauí que constituem importantes atores sociais no campo da democracia participativa no Estado.

Sugere-se que mais estudos sejam realizados sobre este tema, considerando sua importância para a sociedade. Quanto mais se debate sobre determinado tema, mais visibilidade se ganha, e, assim, é possível encontrar opiniões, soluções para tal.

7 REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. Após dois anos de marcha mulheres negras continuam mobilizadas contra o racismo. Brasília, 2015. Disponível em: ><https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/apos-dois-anos-da-marcha-mulheres-negras-continuam-mobilizadas-contraracismo><.. Acesso em: 25 jul. 2024.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. Acesso em: 01 out. 2023.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. Estudos avançados, v. 17, p. 133-150, 2003.
- BATISTA, Suenia Lagares. Ruanda: os avanços na promoção da igualdade de gênero e a ascensão das mulheres na política no pós-genocídio. 2015. Acesso em: 10 ago. 2023.
- DA COSTA, Ricardo Sérvulo Fonsêca; GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. Participação da mulher na política brasileira. Direito e desenvolvimento, v. 12, n. 1, p. 97-111, 2021. Acesso em: 01 nov. 2023.
- DE PAULA RIBEIRO, Cristiane. A discussão sobre sufrágio em circulação nas páginas femininas durante o segundo reinado do império brasileiro. Ars Historica, n. 15, p. 315-333, 2017. Acesso em: 06 set. 2023.
- ESTRÊLA, Maria Clara; CRUZ, Tarcio. Quem é Regina Sousa: conheça a trajetória da nova governadora do Piauí. 2022. Disponível em: ><https://portalodia.com/noticias/politica/quem-e-regina-sousa-conheca-a-trajetoria-da-nova-governadora-do-piaui-391514.html><. Acesso em: 10 out. 2023.
- FERNANDO, Limongi; DE SOUZA, Oliveira Juliana; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. Revista de Sociologia e Política, v. 27, n. 70, p. 1-22, 2019. Acesso em: 01 ago. 2023.
- FRANCO, Mariana de Medeiros Costa; DE OLIVAS, Marcos Antônio. Análise da participação da mulher na política brasileira: do Estado Novo à atualidade. Revista Científic@ Universitas, v. 3, n. 2, 2016. Acesso em: 08 ago. 2023.
- FRANCISCO, Mônica. Mulheres negras na política: o futuro é uma mulher preta. Revista Docência e Cibercultura, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 232-234, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.47058. Disponível em: ><https://www.e-publicacoes.uerj.br/redoc/article/view/47058><. Acesso em: 17 jul. 2024.

- G1. Mulheres votam pela primeira vez em eleições na Arabia Saudita, Brasil, 2015. Disponível em: ><https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/mulheres-votam-pela-primeira-vez-em-eleicoes-na-arabia-saudita.html><. Acesso em: 01 ago. 2023.
- GOMES, Daiane Daine de Oliveira; CARNEIRO, Elane Mendonça Conde; MADEIRA, Maria Zelma de Araujo. Mulheres negras, racismo estrutural e resistências. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, 2018. Acesso em: 05 out. 2023.
- GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 01, p. 167-206, 2001. Acesso em: 01 nov. 2023.
- GROSSMANN, Lourdes Aparecida; NUNES, Josiane Borghetti Antonelo. A importância da participação política das mulheres para a construção de uma nova cidadania. Porto Alegre, 2014. Disponível em: ><https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidssp/article/viewFile/11847/1675>>. Acesso em: 15 set. 2023.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil, Brasil, 2002. Disponível em: ><https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html><. Acesso em: 02 ago. 2024.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama do Censo 2022, Brasil, 2022. Disponível em: >https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal<. Acesso em: 28 ago. 2023.
- LIPOVETSKY, Nathália. Reflexões acerca da divisão sexual do trabalho. Simpósio Gênero e Políticas Públicas, v. 5, n. 1, p. 445-457, 2018. Acesso em: 01 out. 2023.
- Lupa1. Os deputados campeões de votos nas últimas duas décadas no Piauí, Piauí, 2021. Disponível em: ><https://lupa1.com.br/noticias/especiais/os-deputados-campeoes-de-votos-nas-ultimas-duas-decadas-no-piaui-5913.html><. Acesso em: 26 ago. 2023.
- MOREIRA, Núbia Regina. O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. Tese (Doutorado). [s. n.]. Acesso em: 09 set. 2023.
- MOTA, Mónica Isabel Vieira. Representações da mulher em telenovelas de Língua Portuguesa. 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa.

Acesso em: 20 set. 2023.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, p. 15-23, 2010. Acesso em: 20 nov. 2023.

PINTO, Céli; MORITZ, Maria Lúcia. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 2, p. 61-87, 2009. Acesso em: 05 jul. 2023.

Planalto. Lei nº 14.723, 2023, Brasil. Disponível em:

>https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm#art2<.

Acesso em: 25 jul. 2024.

Planalto. Lei nº 9.054, 1997, Brasil. Disponível em:

>https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm<. Acesso em: 25 jul. 2024.

QUINTELA, Débora Françolin; DIAS, Joelson Costa; DA FONSECA, Marcelli de Cássia Pereira. Democracia paritária e as duas metades da laranja: das cotas de candidatura à paridade de assentos. *Revista Populus*, Salvador, n. 1, 2019. Acesso em: 10 ago. 2023.

RAMOS, Luciana de Oliveira et al. Candidatas em jogo: um estudo sobre os impactos das regras eleitorais na inserção de mulheres na política. 2020. Acesso em: 01 nov. 2023.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016. Acesso em: 01 nov. 2023.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Acesso em: 05 out. 2023.

RIBEIRO, Sonia Maria Amaral Fernandes. A questão de gênero na história do sistema constitucional do Brasil. 2012. Acesso em: 10 set. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004. Acesso em: 25 jul. 2024.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Onde estão as mulheres na política institucional. *Cadernos Adenauer*, n. 4, 2017. Acesso em: 01 nov. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. O Município que temos, somos. Disponível em: ><https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2020/10/Diagn%C3%B3stico-Parte-II-1.pdf><. Acesso em: 20 jul. 2023.

SILVA, Assunção de Maria Sousa e. Francisca Trindade: o poder e a resistência da

mulher negra [recurso eletrônico]. Teresina: EdUESPI, 2022. Acesso em: 08 out. 2023.

SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. A política de salto: A participação feminina na política piauiense-1970 a 1998. Teresina, 2015. Acesso em: 10 out. 2023.

Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2016, Brasil, 2016. Disponível em: ><https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016><. Acesso em: 19 out. 2023.

Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2018, Brasil, 2018. Disponível em: ><https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018><. Acesso em: 19 out. 2023.

Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2022, Brasil, 2022. Disponível em: ><https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022><. Acesso em: 19 out. 2023.

><https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-no-mercado-de-trabalho-uma-evolucao-constante-rumo-a-igualdade><. Acesso em: 25 jul. 2024.

><https://ptpiaui.org.br/2021/01/11/francisca-trindade-trajetoria-politica-da-deputada-e-destaque-na-revista-revestres/>< Acesso em: 01 nov. 2023.

><https://www.oitomeia.com.br/noticias/2022/10/24/apos-passar-mal-em-evento-politico-regina-sousa-cumpre-agenda-normalmente/>< Acesso em: 01 nov. 2023.

**Anexo 11 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA
NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI**



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA
NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI**

1. Identificação do material bibliográfico:

- Tese Dissertação Monografia TCC Artigo Livro
 Capítulo de Livro Material Cartográfico ou Visual Música
 Obra de Arte Partitura Peça de Teatro Relatório de pesquisa [
 Comunicação e Conferência Artigo de periódico Publicação
seriada Publicação de Anais de Evento

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Programa de pós-graduação: _____

Ouro: . _____

Autor(a): Jeane Gabrielle Martins Silva

E-mail: GABIMARTHINS15@GMAIL.COM

Orientador (a): Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Membro da banca: Prof. Dr. Raimundo Batista do Santos Junior

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Membro da banca: Professora Dra. Monalisa Lima Torres

Instituição: FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE ITAPIPOCA

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Título obtida: APROVADA

Data da defesa: 09/08/2024

Título do trabalho: A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NEGRAS NO PIAUÍ: REFLEXÃO DA TRAJETÓRIA DE FRANCISCA TRINDADE E REGINA SOUSA

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): _____

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total:

Parcial: . Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: _____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 264/2016 de 05 de dezembro de 2016, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: TERESINA Data: 17/02/2025

Documento assinado digitalmente
 JEANE GABRIELLE MARTINS SILVA
Data: 17/02/2025 22:25:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) autor(a): _____